

O DIREITO DE DESOBEDIÊNCIA



Anne Simonin

O DIREITO DE DESOBEDIÊNCIA

AS ÉDITIONS DE MINUIT NA GUERRA DA ARGÉLIA



TÍTULO

O direito de desobediência: as Éditions de Minuit na Guerra da Argélia

Le droit de désobéissance: les Éditions de Minuit en guerre d'Algérie

© 2012 by Les Éditions de Minuit

AUTORA

Anne Simonin

1.ª edição portuguesa: Novembro de 2022

TRADUÇÃO

Casimiro da Piedade

REVISÃO

Montag

DESIGN

Montag

Texto composto em Caslon e Futura

Capa sobre foto “Ali Hambli se rallie à la France” (1959)

Foto da autora: © Jean-Pierre Viguié/Boischarbon

IMPRESSÃO

DPS

ISBN

978-989-98987-7-6

DEPÓSITO LEGAL

Montag®

montag@zonmail.pt

montag.com.pt

Reservados todos os direitos. O copyright dos textos, excertos e imagens publicados e reproduzidos pertence aos seus autores/designers/ilustradores/fotógrafos e/ou editoras, todos devidamente identificados quando possível.

Esta edição não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo electrónico, mecânico, gravação ou outros, sem prévia autorização escrita do Editor. **O texto desta edição não obedece ao**

Acordo Ortográfico de 1990.

*“No pequeno meio
de pessoas ligadas ao livro,
dos amantes do livro,
fixava-se o nome de
alguns destes editores.
Mas eram poucas pessoas.
O público em geral está-se
cagando para quem é
o editor, como é óbvio.”*

VITOR SILVA TAVARES
(EDITOR CONTRA)



ANNE SIMONIN

(n. 1963)

Diplomada pelo Institut d'Études Politiques de Paris, doutorada em História, com especialização em História Cultural, é responsável pela investigação no CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique).

Numa perspectiva histórica, tem-se dedicado ao estudo das ligações entre o Direito e a literatura.

Sobre as Éditions de Minuit, além deste *Le droit de désobéissance* (Éditions de Minuit, 2012), foi autora do monumental e definitivo estudo monográfico *Les Éditions de Minuit, 1942-1955: le devoir d'insoumission* (IMEC Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, 1994, com edição aumentada em 2008). É seu igualmente o ensaio *Le déshonneur dans la République: une histoire de l'indignité, 1791-1958* (Grasset, 2008).



ÍNDICE

3

*De Lindon a Maspero,
por Paris, Argel e Lisboa*

PEDRO PIEDADE MARQUES

19

O direito de desobediência

ANNE SIMONIN

101

Anexos

112

Bibliografia &
Iconografia

113

Índice Remissivo

DE LINDON A MASPERO,
POR PARIS, ARGEL
E LISBOA

*La France faisait la guerre en Algérie.
Ma génération était envoyée faire la guerre aux
algériens. Je n'ai pas publié de poésie, j'ai publié
des livres que témoignaient de cette guerre là.*
François Maspero

A GUERRA DA ARGÉLIA e a que ficou conhecida como “Guerra Colonial” portuguesa em África coincidiram durante um ano e meio, aproximadamente. Entre Fevereiro de 1961 e Julho de 1962, a França e Portugal lutaram, como potências coloniais europeias, pela manutenção do seu território ultramarino africano, aquela no final de uma guerra que se iniciara em 1954, este na arrancada de um longo conflito em três frentes que só terminaria com a Revolução desencadeada a 25 de Abril de 1974.

Apesar dessa coincidência temporal, é notório como muito pouca da bibliografia que foi produzida em França *durante e sobre* a guerra da Argélia chegou a Portugal, em particular o catálogo de livros directamen-

te sobre o conflito publicados pelas Éditions de Minuit, que Anne Simonin aqui analisa com notável capacidade de precisão e argumentação.

Se, em 1961, mesmo no início da Guerra Colonial, “uma missão militar portuguesa constituída por oficiais do Estado-Maior do Exército esteve estagiando na Argélia, junto das tropas colonialistas francesas”, onde recolheu as “técnicas de contra-insurreição e guerra psicológica”¹ que os franceses vinham aperfeiçoando desde meados da década anterior, o certo é que o panorama editorial português de então não revelava um tão próximo apego à situação argelina. A meio da década de 1960, apenas a Ulisseia – ao leme da qual estava, por então, Victor Silva Tavares, secundado por Serafim Ferreira – parece sensível à captação de um título francês directamente referente à guerra de independência da Argélia (*A Argélia entre dois mundos* de Albert-Paul Lentin, publicado originalmente pela Julliard em 1963 com o título *Le dernier quart d'heure: l'Algérie entre deux mondes*) e, sobretudo, à corajosa tradução (por Serafim Ferreira) de *Les damnés de la Terre* de Frantz Fanon, que François Maspero publicara em 1961. O facto de Fanon ter sido membro da FLN (Front de Libération Nationale) durante a guerra da Argélia e de incorporar no livro a sua experiência no então ainda território sob administração francesa não impediu que *Os condenados da Terra* tivesse, em Portugal e no con-

texto de uma guerra colonial já com quatro anos de duração, o sentido de um apelo mais genérico à libertação africana do jugo colonial, não apenas geograficamente localizada no setentrião do continente mas englobando também as zonas meridionais, onde o exército português combatia em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique os movimentos independentistas.

Argel, a capital do país tornado independente em 1962, era, desde então, o poiso da vanguarda oposicionista ao regime de Salazar no exílio, sobretudo após 1964, quando um golpe de Estado e a imposição de uma férrea ditadura militar no Brasil fizeram com que este deixasse de fornecer guarida segura aos anti-salazaristas. Foi nesse ano que Manuel Alegre começou a dirigir a Rádio Voz da Liberdade na capital argelina, aí permanecendo até 1974. Nesse ano também aportou a Argel Humberto Delgado, convidado pela Frente Patriótica de Libertação Nacional, aí fundada a 27 de Junho, para uma curta estadia. Foi aí também que, em 1966, Flausino Torres publicou, “com a chancela das efémeras Edições Liberdade”,² o álbum *40 anos?*, com trinta e quatro desenhos alusivos ao ditador Salazar e aos quarenta anos da Revolução de Maio de 1926 pelo seu filho, Cláudio Torres.

Entre o eclodir da Guerra Colonial nas possessões portuguesas em África e o 25 de Abril de 1974,

1. *Livro Branco da 5.ª Divisão 1974-1975*. Lisboa: Livraria Ler, 1984, p. 16.

2. TORRES, Cláudio. *Salazar 40 anos?* Porto: Afrontamento, 2008, 2.ª ed., p. 9.

este aguerrido catálogo argelino das Éditions de Minuit conseguiu, ainda assim, chegar a Portugal, e logo pelo livro que iniciou a contenda da casa de Jérôme Lindon com a V República francesa. Contudo, não foi nenhuma editora comercial que decidiu traduzir *La question* de Henri Alleg (com o título mais directo de *A tortura*, o mesmo fixado no Brasil na edição da Zumbi em 1959), mas antes – em data não indicada, mas, certamente, no início da década de 1970 – a Comissão de Luta Contra a Repressão em Económicas (o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, ou, depois de 1972, o Instituto Superior de Economia). Tratou-se, pois, de uma pequena edição “pirata”, contextualizada num momento de aguerrida resistência académica ao regime de Marcello Caetano e, como se lê na introdução, “em que a PIDE tortura em Caxias centenas de trabalhadores e estudantes”, produzida para “angariar fundos para ajudar os estudantes presos e suas famílias”.³ Em nenhum ponto desta introdução se fazia referência à batalha jurídica que a Minuit travara, e a edição, compreensivelmente, não indica sequer a editora francesa como a lançadora do título.

Curiosamente, na sua segunda edição em Portugal (e a primeira não-pirata), em 2004 pela Mareantes, já com o título português alterado para *A questão*, e apesar de na ficha técnica constarem o nome da editora e o

ano do lançamento originais, Luís Nogueira, o tradutor, não mencionou uma única vez o nome de Lindon ou o da sua editora (com excepção de uma citação de Alleg retirada de *Prisonniers de guerre*), ou sequer aludiu à saga judicial do catálogo argelino da Minuit (que Simonin aqui descreve) no seu texto de introdução, que, mesmo assim, contextualiza muito competentemente a aparição do livro em 1958 face à guerra na Argélia e ao panorama intelectual francês de então, não evitando, como na edição pirata anterior, ligar o texto de Alleg às preocupações do seu tempo, no caso ao ressurgimento da questão da tortura durante a ocupação militar norte-americana do Iraque, invadido em 2003, no contexto mais vasto das consequências securitárias dos ataques de 11 de Setembro de 2001.⁴

Acrescendo ao facto da quase invisibilidade do catálogo argelino da editora de Jérôme Lindon por cá nessa última década e meia do Estado Novo está, é certo, o salto em popularidade internacional das edições de François Maspero, ligadas à que se tornaria uma das mais frequentadas e procuradas livrarias parisienses, a Joie de Lire. Nas suas memórias, ele não deixa dúvida quanto a que, quando começou a publicar, em 1960, contra a guerra da Argélia “havia apenas as Éditions de Minuit de Jérôme Lindon, herdeiras do combate do seu fundador, Vercors, enfrentando apreensões e processos para publicar testemunhos

3. ALLEG, Henri. *A tortura*. Lisboa: Comissão de Luta Contra a Repressão em Económicas, s.d., p. III.

4. NOGUEIRA, Luís. “Três notas sobre este livro”, in ALLEG, Henri. *A questão*. Lisboa: Mareantes Editora, 2004, pp. 7-17.

em que nenhum outro editor se atrevia a tocar”.⁵ Apesar de a sua Joie de Lire chegar a distribuir os livros da Minuit, de testemunhar a favor de George Arnaud no processo movido contra este por suposto apoio a uma rede de militantes franceses da FLN (processo que as Éditions de Minuit publicam em 1961, com desenhos de Siné) e de colaborar com Lindon na difusão da “Declaração pelo direito à insubmissão na guerra da Argélia”, mais conhecida como o *Manifesto dos 121*, o papel das suas edições, na fase final do conflito argelino, é o de “substituto”⁶ da Minuit: tão fustigado como estes pela polícia e pelos tribunais (e por acções terroristas de membros afectos a organizações clandestinas de extrema-direita, como a OAS – Organisation de l’Armée Secrète), a sua produção editorial tão vasta como focada nas questões políticas em torno do Terceiro Mundo transforma Maspero num dos símbolos do engajamento intelectual francês na luta revolucionária internacional, e, mais particularmente, no exemplo que um “jovem editor” de esquerda deveria seguir de aí em diante.⁷

5. MASPERO, François. *Les abeilles et la guêpe*. Paris: Seuil, 2002, p. 158 (tradução nossa).

6. HAGE, Julien. “Une brève histoire des librairies et des éditions Maspero 1955-1982”, in *François Maspero et les pay-sages humains*. Honfleur/Lyon: À plus d’un titre / La fosse aux ours, 2009, p. 118.

7. Cf. Depoimento de João Carlos Alvim sobre a criação da Assírio & Alvim em 1972 em *Editor Contra: Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite*. Lisboa: Montag, 2015, p. 142.

Finalmente, permita-se-me explorar esta questão: teria sido possível, em Portugal, entre 1961 e 1974, uma campanha editorial como as que as Éditions de Minuit e Maspero levaram a cabo durante a guerra da Argélia? Parece-me muito difícil, se não mesmo impossível, sobretudo até 1968, durante o que restou do consulado de Salazar. Mesmo descontando a diferença abissal entre os “mercados” editorial e cultural francês e português de então – e não esquecendo que a França, por então, tinha um sistema censório assaz eficiente e implacável, justificado pelos conflitos militares consecutivos desde o final da década de 1940 (Indochina e Argélia) e assente numa legislação especificamente orientada para a penalização dos crimes de ofensa à moral e aos bons costumes “por via do livro”, que “temperava” a assumida liberdade de imprensa com uma “densa rede de interdições e restrições”⁸ – a reacção violenta e quase irracional do regime de Salazar à eclosão do conflito armado em Angola tornava qualquer arrojo editorial próximo de uma denúncia da guerra colonial impossível de passar impune.

Três exemplos disto me parecem suficientes:

1) a 10 de Agosto de 1961, o Tenente-Coronel Furtado dos Santos, Chefe do Gabinete do Ministro do

8. Em particular, os decretos-lei de 29 de Julho de 1939 e de 16 de Julho de 1949 (cf. NETZ, Robert. *Histoire de la censure dans l’édition*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, p. 102, tradução nossa).

Exército Pereira da Silva, comunica em carta ao gabinete do Presidente do Conselho a urgência da apreensão de um livro de bolso da colecção policial “Enigma” de um tal Gonçalo W. Vasconcelos, com o título *A hora negra* (o chefe de gabinete enganava-se: na verdade, o autor era Dick Haskins, pseudónimo de António de Andrade Albuquerque). O que parece inacreditável hoje é que o argumento para a apreensão residia apenas no título, “elucidativo e subversivo”, como se, para a cúpula do poder então, essa anódina “hora negra” se tivesse transformado numa mensagem encriptada de apoio à sublevação da população negra nas colónias portuguesas em África: “este livro é um insulto a todo o português da Metrópole e do Ultramar (...) além de um insulto ao brio de todos os soldados”⁹;

2) a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965, por despacho de 21 de Maio do Ministro da Educação Galvão Teles, e a subsequente destruição da sua sede em Lisboa nessa mesma noite por elementos ligados a grupos de extremistas próximos do regime, com a cobertura da Legião Portuguesa e da PIDE, foram consequência da atribuição, pela SPE, do prémio de novelística a *Luuanda* de José Luandino Vieira, pseudónimo de José Mateus da Graça, militante do MPLA que se encontrava então preso no Tarra-

fal a cumprir uma pena de 14 anos. Um dos mais altos picos de histeria do regime em tempo de guerra colonial, tudo na argumentação oficial deste caso, desde o despacho ministerial (“quando soldados portugueses tombam no Ultramar vítimas do terrorismo de que o premiado foi averiguadamente agente”¹⁰) ao documento com que, em 10 de Setembro, Paulo Rodrigues, o Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho (o secretário político de Salazar, portanto), confirma a suspensão de seis meses do *Jornal do Fundão* por ter anunciado o prémio com foto do autor já depois da extinção da SPE (“A guerra subversiva contra Portugal não se fere, apenas, na frente de batalha em África”¹¹), se tinge de uma hipersensibilidade absolutamente intransigente ao menor desvio da ortodoxia política face ao combate em África;

3) essa intransigência atingiu o paroxismo um ano depois, em plena comemoração dos 40 anos da Revolução de Maio, com o encerramento brutal da editora Minotauro pela publicação de *Peças em um acto* de Luís de Sttau Monteiro. Segundo se lê na carta que o general Venâncio Deslandes, a pedido do Ministro da Defesa Gomes de Araújo, envia a 23 de Novembro ao Ministro do Interior, à Presidência do Conselho e à PIDE, a

9. “Assunto: apreensão de livros nº 33 da Colecção ENIGMA”, PT-TT-AOS-D-M-36-1-25_m0001, fl. 277 (Arquivo Salazar, Torre do Tombo).

10. “O despacho de extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores”, in *Diário de Lisboa*, 21.05.1965, p. 10.

11. PT-TT-SNI-DSC-20-339, fl. 1 (Arquivo Salazar, Torre do Tombo).

peça “Guerra Santa” constituía, “toda ela, ultraje e injúria muito graves para as Instituições Militares”, e, mesmo se não fosse claro de que guerra se tratava, “é fácil identificá-la com a agressão que está a ser perpetrada [sic] contra Portugal nas Províncias do Ultramar.”¹² A 3 de Dezembro, a Direcção dos Serviços de Censura comunica ao Director da PIDE que foi aplicada à editora Minotauro, “por motivos de natureza política e militar, a pena de encerramento definitivo”¹³, ordem que a polícia política executa no dia 6. Decisão fulminante da cúpula do poder, rigorosamente vertical e sem apelo, este caso veio reforçar a mensagem do Estado de que a mais nebulosa alusão à Guerra Colonial seria recebida com o máximo de dureza, servindo também de medida dissuasora a outras editoras. Se à Afrodite, pequena editora nascida em 1965, ainda foi concedido, nesse ano de 1966, um simulacro de justiça no Tribunal Plenário (ainda que sem quaisquer esperanças de um resultado que não fosse a condenação) por duas edições em que a linha ultrapassada se relacionava com o sexo¹⁴, o caso

12. SC-PC-2012-66-NT-5872, fls. 42-43 (Arquivo PIDE, Torre do Tombo).

13. SC-PC-2012-66-NT-5872, fl. 38 (Arquivo PIDE, Torre do Tombo).

14. Sobre os processos à Afrodite, ler *Editor Contra: Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite* (Montag, 2015) e *Portugal em Sade, Sade em Portugal, seguido de o “Affaire Sade” de Lisboa* (Montag, 2017).

Minotauro mostrava o que podia esperar quem se atrevesse a pisar a linha-tabu do conflito colonial africano. Preso em Caxias até 16 de Maio de 1967, Sttau Monteiro será alvo de uma barragem ininterrupta de interrogatórios em que a tecla mais tocada será a de que no seu livro “se injuriam as Forças Armadas, agora empenhadas numa luta de que depende, porventura, a própria sobrevivência nacional.”¹⁵

A prova de que Marcello Caetano, em 1968, não veio aliviar este tabu foi, por exemplo, o facto de a peça de Peter Weiss *Canto do papão lusitano* só ter podido ser publicada em português em Paris, pela Ruedo Ibérico, em 1969. Mesmo edições de poesia de “intervenção” tinham de usar a guerra no Vietname como véu, mais ou menos translúcido, para alusões à nossa guerra colonial, como a antologia que a Nova Realidade publicou em 1970¹⁶ (a mesma editora tomarense lançara, em 1967, *O canto e as armas* do exilado em Argel Manuel Alegre). Esta opção pela poesia como arma para arremessos indirectos e velados, face à impossibilidade de o fazer de modo claro e prosaico – segundo Manuel Simões, o editor, “a insistência nos textos poéticos deve-se à preferência do público por este género, em detri-

15. SC-PC-2012-66-NT-5872, fls. 24-25 (Arquivo PIDE, Torre do Tombo).

16. Cf. depoimento do editor Manuel Simões in MAUÉS, Flamarion. *Livros que tomaram partido. Edição e revolução em Portugal 1968-1980*. Lisboa: Parsifal, 2019, p. 358.

mento da prosa (...) através das metáforas, era possível fazer passar certas mensagens que, de outro modo, não passariam”¹⁷ – era, de certo modo, e salvo raríssimas exceções, generalizada na oferta editorial portuguesa então. Ora ela é, precisamente, uma importante marca diferenciadora entre o comprovado arrojo de Jérôme Lindon e de Maspero (que chegará a escrever, explicitamente, que, face à guerra na Argélia, não publicou poesia, mas antes livros que testemunhavam sobre essa guerra – cf. a epígrafe deste texto¹⁸) e o (im)possível arrojo dos editores portugueses durante a Guerra Colonial (certo é, porém – e o texto de Simonin atesta-o para o caso de Lindon – que o arrojo dos dois editores franceses, no contexto particular da guerra na Argélia, foi de um tipo absolutamente excepcional, mesmo em França, país com uma particular pujança em editores arrojadados, *malgré tout*).¹⁹

Se só depois do 25 de Abril de 1974 podemos encontrar uma edição tão denunciadora dos crimes das forças armadas portuguesas em África como as que as

Éditions de Minuit e Maspero tinham lançado sobre (e *durante*) a guerra da Argélia – *Massacres na Guerra Colonial / Tete: um exemplo*, publicado pela Ulmeiro em 1976 – isso é uma confirmação, ao mesmo tempo, do eficiente bloqueio censório no final do Estado Novo, atrás explicado com três casos, e de uma insuficiente gestão e assunção desses fantasmas incómodos em tempo de democracia.²⁰ Mas essa é outra história.

Pedro Piedade Marques
Agosto de 2022

17. *Ibidem*, p. 359.

18. MASPERO, François. *Op. cit.*, pp. 153-154.

19. Sobre este núcleo de aguerridos editores franceses depois da II Guerra Mundial, aponte-se a excelente exposição que a Biblioteca do Centre Pompidou de Paris albergou em 2012, “Éditeurs, Les lois du métier” (<https://editeurslesloisdumetier.bpi.fr>). Nela, Lindon e Maspero estiveram entre as sete “grandes figuras”.

20. Tão incómodos que resultaram num espantoso processo contra o editor José Ribeiro e o jornalista José Amaro Dionísio por parte do Estado-Maior General das Forças Armadas, ou seja, o próprio Presidente da República, o general Ramalho Eanes, em 1976, apenas resolvido em 1983 com uma amnistia (cf. MARQUES, Pedro Piedade. “Guerra colonial: o julgamento que não houve”, in *Público*, 28.02.2021 – <https://www.publico.pt/2021/02/28/opiniao/opiniao/guerra-colonial-julgamento-nao-1952337> – com versão mais longa e ilustrada no blogue Montag: <https://pedromarquesdg.wordpress.com/2021/03/07/guerra-colonial-o-julgamento-que-nao-houve/>).

*O direito
de desobediência*
*As Éditions de Minuit na
Guerra da Argélia*

ANNE SIMONIN

As obras reeditadas ou disponíveis no catálogo argelino das Éditions de Minuit têm uma coisa em comum: ilustram um paradoxo. E esse paradoxo é o seguinte: como é que um editor que se queria “literário” deu por si, entre 1957 e 1962, na obrigação de ser um editor “militante”? Em nome da honra de França, e utilizando todos os recursos do estado de direito, as Éditions de Minuit vão procurar mobilizar a opinião pública nacional e internacional em torno da denúncia da tortura. Tentativa de reconstituição da bússola imaginária que guiou a sua estratégia editorial.

AO NORTE: A HONRA

Para uma geração que se construiu sobre as ideias da Resistência – e Jérôme Lindon, o director das Éditions de Minuit, pertenceu a essa geração – a honra tem por definição uma célebre fórmula: “uma certa ideia da França”.¹

Uma vez que a França é a pátria dos Direitos do Homem, e que a sua história recente estava então marcada pela resistência ao nazismo, a França da IV República não se podia comportar como o fez na Argélia, praticando torturas e massacres, desde que, a 1 de Novembro de 1954, tinha começado o que ficou conhecido como “os acontecimentos”, e que só em 1999 foi reconhecido oficialmente como tendo sido uma guerra.

1. DEGAULLE, Charles. *Mémoires de guerre: l'appel 1940-1942*. Paris: Le Livre de poche, [1954], 1980, p. 7.